

Eixo Terapia Ocupacional e Cultura

Outros Comuns: Mapa inventário participativo como meio para ampliar diálogos sobre a diversidade cultural no território da Pequena África

Camila de Azevedo Porto

Elza Cristina Cabral Marques

Pamela Oliveiros de Medeiros

Renata Caruso Mecca

Roberta Pereira Furtado da Rosa

Vanessa Virginia Garcia de Lima

Este artigo apresenta a metodologia utilizada pelo projeto de extensão Outros Comuns para viabilizar a acessibilidade cultural de populações marginalizadas às ações de um museu de território na região da pequena África na cidade do Rio de Janeiro. Discute o processo de construção do método e o impacto das ações realizadas para a construção da cidadania cultural das populações envolvidas e para a formação dos extensionistas do projeto.

Palavras-chave: cultura, diversidade cultural, acessibilidade

INTRODUÇÃO

No Brasil há movimentos políticos que se pautam na elitização da cultura a partir de uma visão euro/branco centrada, intensificando a precarização das diversas formas de vida e consequentemente dificultando o seu reconhecimento como expressão de cultura e também o acesso à cultura de qualquer indivíduo ou grupo que não se ajuste às perspectivas hegemônicas e dominantes. Frente a essas investidas, o projeto de pesquisa e extensão, através de uma parceria entre duas Instituições de Ensino Superior (IES) e a Secretaria Municipal de Cultura do município, aposta na acessibilidade, na produção de cultura e no fortalecimento das identidades culturais de grupos em situação de vulnerabilidade social e historicamente à margem das políticas culturais. Reconhecemos a pertinência em cooperar para que esses grupos tenham acesso aos variados dispositivos e iniciativas nesse campo.

Esse projeto se desenvolveu desde 2018 em um Museu de Território, numa região com grande importância simbólica para as populações de origem africana. O Museu de Território,

segundo Kaseker (2014), responsabiliza-se pela intercessão e intermediação entre patrimônio e público, respeitando a diversidade de populações, crenças, saberes e experiências, objetivando a inclusão e a acessibilidade. Frente a isso, as ações desse projeto não se restringem ao espaço museológico, mas se desenvolvem no território do entorno. Uma das ações que vem sendo desenvolvida é a construção de um mapa da Pequena África, associada a metodologia do inventário-participativo que será o objeto deste trabalho. Trata-se de uma proposta como uma educação patrimonial sistematizada pelo Iphan na qual as comunidades identificam as referências culturais do território a partir do inventário de locais, expressões e bens materiais e imateriais, que se tornam parte do acervo do museu, assentindo seu valor que ora fora negligenciado ao longo da história (SILVA, 2013; IPHAN, 2016). Como objetivo, pretendemos analisar os impactos desta ação para a participação sociocultural das populações atendidas pelo projeto, para a formação dos extensionistas envolvidos e para a sensibilização da equipe do museu quanto a acessibilidade cultural.

METODOLOGIA

A metodologia envolve a construção de um mapa como potencial cultural e vivencial pela população em vulnerabilidade social moradora da Pequena África, sendo um modo de apropriação, reconstrução identitária e ressignificação dos lugares, atividades, relações e grupos que compõem aquilo que estes identificam como cultura do território. Foi desenvolvido a partir do conceito de inventário participativo e do estudo da obra do artista Arthur Bispo do Rosário, tema de exposição que em outubro de 2018 estava em cartaz no museu.

Para atingirmos os objetivos expostos acima, construiu-se um mapa da região da Pequena África e de antemão marcou-se alguns pontos de localização no dia de abertura da exposição no museu, chamando então os visitantes para participarem da ação. A partir de uma perspectiva decolonial, em que é rompido os processos de dominação sobre memórias de grupos e segmentos sociais historicamente estigmatizados e subalternizados (TOLENTINO, 2018), foi feita a construção de um guia, onde a questão norteadora para os participantes era: "O que você quer deixar para a posteridade?". Essa pergunta disparadora tinha a intenção de demonstrar que, assim como o Bispo fez as suas obras para apresentar a Deus, os participantes deixariam suas marcas no mapa com algo significativo de sua história e do território; seja um desenho, um lugar, um fazer, um objeto ou palavras que descrevem seus sentimentos e suas memórias ligadas ao local em que vivem, trazendo assim referências às suas culturas.

O conceito de sulear foi apropriado a partir do que Campos (1991 apud Freire p.112, 1991) diz: norte é o primeiro mundo. Norte está em cima, na parte superior, sendo assim norte deixa escorrer o conhecimento que nós, do hemisfério sul, “engolimos sem conferir o contexto local”. Ou seja, pela perspectiva euro/branco centrada existente na cultura e pelo medo pelo modo como interfere no acesso dessas populações marginalizadas com isso, fomentamos a participação delas na construção de um acervo itinerante e participativo, composto pelas criações dos moradores ao inventariar suas relações, fazeres e atividades do cotidiano junto ao mapa. E, aliado a metodologia do museu de território (construído “de baixo para cima”, a montagem e exposição do mapa se torna uma ação ainda mais potente.

RESULTADOS

O mapa/inventário percorreu o território a Pequena África ganhando a contribuição de moradores, usuários dos dispositivos de saúde mental e assistência social e participantes de ações ligadas a centros de cultura independentes da região que construíram relações de parceira com o projeto. Além dos visitantes da exposição do Bispo do Rosário.

Após ser feita uma breve explicação sobre o bispo do Rosário e a apresentação da pergunta suleadora para introduzir a proposta, de a comunidade inventariar suas referências culturais, a apreciação da obra do Bispo do Rosário e a contextualização de sua história ativavam o conceito de inventário. Em seguida a pergunta suleadora permitia uma identificação dos participantes com a proposta, conduzindo a um raciocínio de reconhecimento de elementos de sua identidade cultural. Essas memórias foram representadas por símbolos e desenhos feitos no próprio mapa ou fixados a ele.

O produto dessas confecções representa não só o espaço físico demarcado, mas também a interseção de histórias de vida, com suas relações de sociabilidade e culturais, permitindo a visualização de diferentes significados para um mesmo território e em alguns casos o disparo para reflexões sobre o pertencimento e participação na construção desse patrimônio material e imaterial (histórico cultural). Concomitantemente a essa atividade, ocorria debates sobre disputas e direitos a respeito do território, favorecendo, desta forma, a ativação de redes de suporte/pertencimento por meio de reuniões executadas com a participação da comunidade, estudantes, professores e apoiadores.

É importante ressaltar também que os parceiros foram convidados a visitar o museu. Ou seja, foram realizadas visitas mediadas pelo educativo do museu com 2 grupos de parceiros,

sendo eles, os usuários de saúde mental do Hospital Dia e as crianças de uma Ocupação, difundindo assim, a possibilidade de acesso a esse espaço. Diante disso, as visitas desmistificaram o “estar” naquele espaço, visto que muitos não se sentiam pertencentes naquele local e outros mal sabiam de sua existência. Visitar o museu, participar da construção do mapa-inventário e ver sua produção exposta no espaço cultural dinamizou o modo como essas pessoas veem esses espaços, se entendem com pertencentes e produtores de cultura. Por se tratar de um Museu de Território e ter uma proposta de construção de “baixo para cima” existe uma tentativa de que as pessoas que residem e circulam no território participem da construção do museu em suas ações e de seu acervo, se possível suscitar vivências e debates.

DISCUSSÃO

O trabalho em pauta fomentou a promoção de cidadania cultural, entendendo que este é um direito de todos os indivíduos. Pode-se dizer então que houve um reconhecimento da produção no espaço museológico, onde a população local teve acesso a um dispositivo que até então não era reconhecido pela comunidade como uso de todos. Além disso, a ação potencializou o resgate da memória cultural, através da proposta da construção do mapa da Pequena África, no qual os moradores do território e especificamente moradores de uma ocupação residencial que acessamos, obtiveram a possibilidade de se identificar como sujeito pertencente daquela localidade em um panorama físico e social, desenvolvendo novas perspectivas para o futuro, além da consciência de que podem ser protagonistas de um movimento de mudança dessa atual configuração de exclusão e abandono. Esse processo aconteceu de forma gradual, utilizamos o artifício do vínculo, escuta e propagação de conhecimentos. Ao acessar a ocupação, por exemplo, teve-se o cuidado com o espaço de convivência local, para que, desta forma os residentes garantissem seus direitos de moradia a partir da ativação da memória pelo mapa. No decurso dos encontros com a comunidade também aconteciam discussões, trocas de conhecimentos, planejamentos e informes.

O projeto proferido também promoveu acessibilidade cultural, sendo a partir do reconhecimento de manifestações que foram salientadas por meio de pinturas, danças, descobertas, visitas ao museu e conversas que aconteciam durante os encontros, além da observação dos diferentes modos de vida, sendo tudo isso compreendido como patrimônio, referindo-se que tais expressões culturais são de extrema significância para a construção da identidade do território, que necessitam ser respeitadas e perpetuadas.

Com isso, foi possível um fortalecimento coletivo e emancipação dos grupos, a partir do momento que se reconhecem como produtores de cultura. Tal ação foi considerada desafiadora, tendo que vista que existia um sentimento de exclusão e abandono por parte das pessoas que moravam no próprio território em questão, como se determinados dispositivos não fossem pertencentes a eles. Portanto, vale ressaltar que o trabalho foi pautado na escuta e no fortalecimento de vínculos com a comunidade, visando atender suas demandas, sendo estas majoritariamente relacionadas ao acesso a bens e serviços culturais, bem como de reconhecimento e legitimidade de suas referências culturais como patrimônio, para que desta forma houvesse uma elaboração estratégica de acessibilidade no aspecto arquitetônico (sem obstáculos físicos); Comunicacional (excluindo os obstáculos na conversação entre pessoas); Instrumental (sem barreiras na escolha dos materiais utilizados na elaboração do projeto); Atitudinal (extinguindo discriminações, rótulos e estigmas durante a conduta com pessoas); Metodológica (sem impasses no decorrer da elaboração das estratégias de nossa ação); Programática (sem empecilhos relacionados a leis, regulamentações, jurisprudências etc.) (SASSAKI, 1997; BARRETO, 2012).

CONCLUSÃO

No decurso do trabalho explicitado, foi possível acessar crianças, jovens e adultos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e em um processo de inúmeras rupturas econômico-sociais, se conscientizando de que são sujeitos singulares produtores de cultura, sendo importantes protagonistas de um território que deve ser explorado e ocupado.

Logo, através do contato com o museu, a história do Arthur Bispo do Rosário, juntamente com a construção do mapa da Pequena África, expectativas e olhares referente a vida, foram se transfigurando. Além de um novo modo de olhar seu território e se sentir pertencente nele e de todo o conhecimento adquirido acerca das histórias desse lugar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. T.; ALVES, M. B.; MORAIS, G.L.F.V. de. A acessibilidade nas empresas: Percepção dos portadores de deficiência visual inseridos no mercado de trabalho. Accessed February, v. 4, p. 2015, 2012.

FLOÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. **Brasília: Iphan**, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. **Editora Paz e Terra**, 2014.

KASEKER, D. P. Museu, território, desenvolvimento - Diretrizes no processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - USP. Saulo Paulo, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 1997.

SILVA, C. F. A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. Rio Grande do Norte, 2013.

TOLENTINO, A. B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v.1,.1, jan/jul. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

Dança do ventre: arte e terapia

Flávia Pereira da Silva

Cynthya Grazielle Arruda Santos

Renata Batista Marinho de Magalhães

Karla Patrícia da Conceição

Sibéria Deyse Silva Falcão

A Terapia Ocupacional é a ciência que estuda a atividade humana, utilizando-a como recurso terapêutico no tratamento e prevenção de limitações físicas e/ou psicossociais. Tendo o corpo como aliado em sua prática pode utilizar a dança como recurso, que acessa além do corpo, as emoções e a vida social. A Dança do Ventre está ligada a rituais de fertilidade da terra e da mulher, e caracteriza-se com movimentos sinuosos e suaves, com movimentos cadenciados de batida e tremido. O objetivo deste trabalho é relatar o trabalho artístico e terapêutico realizado com a dança em um grupo misto de mulheres, com e sem deficiência, e verificar a contribuição da prática da Dança do Ventre em seu dia a dia. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, caracterizado como um relato de experiência, que descreve a realização das aulas de “Dança do Ventre como Prática Terapêutica”, como carga horária do grupo de estudos “Terapia Ocupacional e Dança do Ventre”. Após as práticas, o grupo de estudo discute os casos, planeja e analisa as aulas de acordo com as demandas do grupo. Durante os encontros, por um período de dois anos, treze mulheres com idade entre dezoito e setenta anos passaram pelo grupo, observou-se nos relatos que o processo da dança tornou as alunas mais conscientes de seus corpos, passando a respeitá-los e aceitá-los, contribuindo inclusive para a diminuição da timidez e melhora da comunicação e criatividade, sugerindo assim, a Dança do Ventre como um recurso Terapêutico, Artístico e de Inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Ocupacional; Dança do ventre; Recurso terapêutico; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A Terapia Ocupacional é a ciência que estuda a atividade humana utilizando-a como recurso terapêutico para o tratamento e prevenção de limitações físicas e/ou psicossociais que interfiram no desenvolvimento e na independência do cliente em relação às atividades diárias. Com objetivo de promoção e manutenção da saúde, o Terapeuta Ocupacional é capaz de orientar a participação do indivíduo em um processo criativo, lúdico, evolutivo, expressivo e produtivo à fim de restaurar, fortalecer e desenvolver novas capacidades e manter o indivíduo funcional no em seu dia a dia (COFFITO,1978).

O Terapeuta Ocupacional tem no corpo um aliado em sua prática, e a dança é um potente recurso terapêutico, esta tem o objetivo de auxiliar o cliente durante seu processo de reabilitação de forma a promover a melhora da qualidade de vida, pois ela é um meio de diálogo e reflexão (CASSIANO,2009). É também um meio de proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência. Incluir, quer dizer fazer parte, criando espaços de interação e construção de conhecimento onde a arte se faz presente (HOLANDA, 1993; OPAS, 2003).

Este relato enfoca a Dança do Ventre (DV), que é uma dança milenar e sofreu influência de vários povos até chegar no que conhecemos hoje. Acredita-se que tenha se originado no Antigo Egito, vinda de rituais ligados à fertilidade da terra e da mulher. É praticada com os pés descalços, firmados no solo e tem como característica movimentos sensuais que envolvem todo o corpo com suavidade e fluidez, alternando com movimentos de batida e tremido (LYZ, 1999; BRAGA, 2008).

O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever como a dança do ventre é utilizada como um recurso terapêutico ocupacional em um grupo misto de mulheres, com e sem deficiência, e verificar a contribuição da prática da dança em seu dia a dia.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, caracterizado como um relato de experiência, que descreve a realização das aulas de “Dança do Ventre como Prática Terapêutica”, como carga horária do grupo de estudos “Terapia Ocupacional e Dança do Ventre”. Os encontros ocorrem às sextas-feiras, quinzenalmente, das 15:00 às 17:00

horas. As aulas são ministradas por uma Terapeuta Ocupacional e bailarina e dispõe de três monitoras, sendo uma aluna de graduação em Terapia Ocupacional e duas Terapeutas ocupacionais.

As aulas são estruturadas em três etapas: iniciam-se com a preparação física, que engloba o alongamento; em seguida a prática do ensino da dança, que consiste no conhecimento técnico, composição e exercícios coreográficos; e finalizando com o relaxamento. O ambiente utilizado dispõe de caixa de som, espelho e acessórios típicos da dança do ventre, como cinteiros e véus, além dos figurinos nas apresentações. Depois das práticas o grupo de estudo procede às discussões dos casos e faz a análise das aulas passadas, assim como o planejamento das aulas seguintes de acordo com a demanda do grupo. Dentre os objetivos estão: proporcionar interação de pessoas com e sem deficiência; trabalhar aspectos físicos como amplitude de movimento, coordenação motora e dissociação das cinturas escapular e pélvica; estimular questões relacionadas à feminilidade; e, favorecer o autoconhecimento ao exercitar a discriminação e expressão de sensações, sentimentos e pensamentos. Os registros das aulas foram realizados através de fotografias, vídeos e apontamentos feitos pelas autoras em diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os encontros ocorridos ao longo de dois anos, treze mulheres com idade entre dezoito e setenta anos já passaram pelo grupo. Dentre elas, uma usuária de cadeira de rodas juntamente com sua genitora, uma idosa com demência tipo Alzheimer e uma adolescente com Paralisia cerebral. Atualmente, o grupo conta com 5 bailarinas, destas, 2 com deficiência (uma com síndrome de down, 19 anos e uma com sequela de AVC, 33 anos) e 3 sem deficiência (a professora e duas monitoras).

Braga (2008) diz que a dança árabe trabalha os órgãos do baixo ventre, normalizando as suas funções, e os movimentos ondulatórios aumentam a flexibilidade do corpo e massageiam a coluna. Ao observar o componente físico de uma das alunas, foi visto o aumento na amplitude de movimento (ADM) dos membros superiores (MMSS), maior controle de tronco e visível melhora na postura durante a dança, assim como melhor dissociação das cinturas escapular e pélvica. Esta aluna, que tem uma hemiparesia no hemicorpo direito, relatou que antes utilizava somente o lado esquerdo do corpo, e após a DV os dois lados são funcionais dentro de suas limitações, e afirma:

“Eu senti meu corpo mais leve, mais solto, com mais malemolência[...]”

As aulas são realizadas em frente ao espelho da sala, fornecendo a percepção visual do corpo no espaço, possibilitando a interação entre imagem e esquema corporal, que através de trocas posturais, movimentações no espaço e formações coreográficas permite acessar também outros fatores. O espelho se mostrou um aliado e ao mesmo tempo um sabotador. Aliado para corrigir posturas, sincronizar os movimentos do grupo e despertar a autoimagem e senso de capacidade. Sabotador ao facilitar as repetições da movimentação realizada pela professora sem precisar acessar a memória, motivo pelo qual é solicitado que o grupo fique de costas para o espelho e as alunas sejam desafiadas a não só relembrar os passos, como também se sentirem autoconfiantes com seu próprio desempenho.

A DV tem por característica a elegância e a sensualidade, que através do trabalho corporal e a percepção individual de cada praticante contribui para a elevação consciente ou inconsciente da autoestima. Após cinco meses de DV uma das monitoras já conseguia usar figurinos que mostrassem a barriga, coisa que antes não fazia. Uma aluna relatou que não andava de *legging* na rua:

“[...] Eu não saía de legging na rua de jeito nenhum, e andava na rua segurando a mão, agora mais não, eu ando na rua de legging e com a mão solta[...]”.

Foi observado nos relatos que o processo da dança tornou as alunas mais conscientes de seus corpos, passando a respeitá-los e aceitá-los como são, contribuindo inclusive para a diminuição da timidez e melhora da comunicação e criatividade.

Neste processo peculiar, a relação delinea-se principalmente no âmbito da horizontalidade, onde todas as alunas são estimuladas aos novos movimentos corporais, interpretação de músicas, ritmos e coreografias inéditas, e, assim, ampliando o seu repertório sociocultural, arcabouço físico-motor e psíquico. Ou seja, cada uma em sua subjetividade, é convidada a mergulhar em um universo desconhecido, desmistificar padrões corporais e de comportamento impostos pela sociedade, desconstruir os próprios tabus com relação ao lugar do “ser feminino”, com vistas ao autoconhecimento e (re)criação de si mesma.

Em sua forma terapêutica, a dança do ventre possui, em sua essência, a ordenação dos movimentos no tempo e no espaço, respeitando a singularidade de cada ser, e, exercendo a Terapia Ocupacional em sua forma mais pura, são valorizadas as potencialidades do

sujeito em uma atividade significativa, possibilitando a aceitação de suas limitações, sejam elas físicas, cognitivas ou sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos sobre o efeito da prática da dança do ventre, é possível inferir a efetividade dessa modalidade como um potente recurso terapêutico. O grupo de estudos cumpre uma função relevante ao problematizar os casos e proceder a discussão clínica, que embasa a prática. Vale salientar que as monitoras da turma assumem dupla função: elas aprendem ao mesmo passo que ensinam, que é a função principal do Grupo de Estudo “Dança do Ventre e Terapia Ocupacional”. Entender que utilizar o recurso da dança não exige uma ultra especialização ou a necessidade de se tornar uma bailarina profissional para, então, utilizar a dança como ferramenta terapêutica. O grupo de estudos nasceu para fortalecer a categoria profissional e incentivar que outras terapeutas ocupacionais possam se apropriar minimamente da técnica da dança do ventre, para, então, com o conhecimento sobre inclusão social e componentes do desempenho ocupacional, possam incluir essa ferramenta no fazer profissional.

Neste contexto, a relação entre monitoras e alunas é representada por uma troca de saberes, pois, a aluna com deficiência sinaliza para a monitora suas especificidades, indicando o que necessita adaptar ou modificar no movimento original da dança. Esse acompanhamento tão eficaz não seria possível de ser realizado apenas pela professora, visto que durante a aula a mesma direciona sua atenção para a condução geral do grupo e, possivelmente, esses detalhes passariam despercebidos. Assim, a Dança do Ventre pode ser considerada um recurso Terapêutico, Artístico e de Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRAGA, V. E. B. **O resgate do feminino através da Dança do Ventre: uma forma de ser e estar no mundo**. São Paulo, Unicid, 2008.

CASSIANO, J. G; et al. **Dança sênior: um recurso na intervenção terapêutico-ocupacional junto a idosos hígidos.** RBCEH, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 204-212, maio/ago. 2009

COFFITO. Resolução nº 8. **Aprova as normas para habilitação ao exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.** Diário oficial da união, Brasília, 1978.

HOLANDA. **A Inclusão Social e Sua Estratégia.** PUC- RIO, p- 175 1993

LYZ, S. **Dança do Ventre - Descobrimo sua Deusa Interior.** São Paulo: Berkana, 1999.

OPAS; OMS; USP. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF.** Faculdade de Saúde Pública. São Paulo: EDUSP, 2003.